

SUMÁRIO EXECUTIVO

No dia 20 de julho de 2023, o Instituto Fome Zero (IFZ) promoveu um seminário virtual intitulado "[Regionalismo Amazônico: pode o combate à fome orientar políticas públicas que conservem o meio ambiente?](#)". O evento visou discutir a relação entre segurança alimentar e mudanças climáticas no contexto da Cúpula da Amazônia, que acontecerá em 07 e 08 de agosto. Participaram do webinar ativistas e especialistas, que abordaram temas como a importância do combate à fome para a conservação da Amazônia e propostas para políticas públicas. Daniela Silva, ativista socioambiental, destacou o desafio da segurança alimentar na região e defendeu políticas de apoio a pequenos produtores extrativistas, valorização de alimentos naturais, orgânicos e de baixo custo, incentivo à diversificação da produção e garantia de acesso à formação e tecnologias. Marcelo Salazar enfatizou a importância do empreendedorismo em parceria com políticas públicas para manter a floresta de pé e combater a fome. Destacou a necessidade de processamento mínimo dos alimentos e atuação em redes, além do incentivo a políticas como PAA e PGPM-BIO para garantir a renda dos produtores. Eliane Superti apresentou dados sobre a cadeia do açaí e sua importância na inclusão social e conservação do meio ambiente. Criticou a informalidade nas cadeias produtivas e a falta de efetividade de algumas políticas públicas, defendendo a inclusão das comunidades na elaboração das políticas. O debate abordou questões como a burocracia, a importância de infraestrutura e serviços básicos para as comunidades, a atuação em redes e a valorização do conhecimento local. Foram levantados questionamentos sobre o papel das mulheres nesse contexto e sobre como fortalecer as comunidades e suas associações. Em suma, o webinar trouxe à tona a importância do combate à fome para a conservação da Amazônia e propôs soluções que envolvem empreendedorismo, políticas públicas inclusivas e valorização do conhecimento local para garantir segurança alimentar e conservação ambiental na região.

Elaboração: Erbenia Lourenço de Oliveira
Supervisão: Thiago Lima

Assista ao webinar no [canal do IFZ](#) no YouTube.

Apoio:



SÍNTESE DO WEBINÁRIO

No dia 20 de julho de 2023, às 18h, o Instituto Fome Zero (IFZ) realizou o seminário virtual intitulado [“Regionalismo Amazônico: pode o combate à fome orientar políticas públicas que conservem o meio ambiente?”](#). O evento foi transmitido pelo [Canal Oficial do IFZ](#) no YouTube. O objetivo do webinar foi fomentar o debate entre as questões de segurança alimentar e das mudanças climáticas no contexto da realização da Cúpula da Amazônia, que ocorrerá nos dias 8 e 9 de agosto de 2023 em Belém, no Pará.

O webinar, segundo da série realizada pelo IFZ¹, buscou estabelecer uma relação entre as mudanças climáticas e o combate à fome por meio da discussão crítica de propostas, identificando desafios e possibilidades a partir de experiências amazônicas brasileiras. O evento contou com a participação de Daniela Silva, ativista socioambiental do Médio Xingu, idealizadora do [projeto Aldeias \(Altamira/PA\)](#), Eliane Superti, Professora Titular do Departamento de Relações Internacionais da UFPB e ex-Reitora da Universidade Federal do Amapá, e Marcelo Salazar, co-fundador da Mazô Maná e membro do Instituto Socioambiental (ISA). Thiago Lima, que é Coordenador de Alimentação e Relações Internacionais do IFZ e Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB, e José Graziano da Silva, Diretor do IFZ e ex-Diretor Geral da FAO, foram responsáveis pela mediação do evento.

Na abertura do evento, os mediadores buscaram propor as seguintes questões para nortear o debate: Pode o combate à fome contribuir para orientar políticas públicas que conservem o meio ambiente? O combate à fome pode auxiliar o desenvolvimento sustentável da Amazônia? Tais indagações visavam abrir espaço para a proposta de soluções que emergem da própria Amazônia. Neste sentido, houve unanimidade entre os convidados e mediadores sobre a contribuição das políticas públicas de combate à fome para conservação da Amazônia.

Uma visão a partir da periferia: incentivar a pequena produção local

Daniela da Silva, geógrafa, ativista socioambiental representante dos amazônidas, abriu a rodada de apresentações trazendo a visão das comunidades locais. O principal desafio apontado pela convidada está relacionado à ameaça à segurança alimentar da região por grandes obras de infraestrutura. Segundo a ativista, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi responsável pelo desaparecimento de quintais produtivos das comunidades.

¹ O primeiro webinar pode ser acessado através do link: [\(79\) Pode o combate à fome orientar a cooperação internacional entre os povos da Amazônia? - YouTube](#)

Dessa forma, são necessários subsídios para auxiliar os povos, que em sua diversidade, possam elevar a produção em pequena escala e aumentar a variedade de alimentos.

Daniela ressaltou ainda a importância estratégica de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, que foi fundamental para combater a insegurança alimentar na região ao mesmo tempo em que gerou renda. Consequentemente, trouxe melhorias nas condições de vida e da conservação da sociobiodiversidade e das florestas. A idealizadora do projeto Aldeias enfatizou ainda a necessidade de adoção de políticas públicas com os seguintes princípios: apoio a pequenos produtores extrativistas; valorização de alimentos naturais, orgânicos e de qualidade e baixo custo; incentivo a criação de áreas arborizadas e frutíferas, assim como hortas comunitárias nas áreas urbanas da Amazônia; inclusão das prefeituras para construção e disseminação de políticas públicas de segurança alimentar; o incentivo à diversificação da produção em detrimento de produção baseada em monoculturas; além da garantia do acesso à formação, capacitação e tecnologias de comunicação e de produção por parte de pequenos produtores.

Daniela também destacou que o alcance da segurança alimentar também depende da garantia do acesso a terras e do investimento em agricultura familiar para que as pessoas possam permanecer no campo. Acesso à saúde, educação e internet, por exemplo, podem ser fatores determinantes para prevenir o êxodo rural, principalmente de jovens que se veem obrigados a deixar o campo devido à falta de oportunidades. A ativista ainda defendeu a importância de voltar a fortalecer os movimentos de base para que possam ser capazes de se articular e auxiliar como protagonistas no processo de construção de políticas públicas. Todos esses aspectos auxiliam no combate à fome enquanto mantém a floresta de pé e geram renda e prosperidade de forma inclusiva e participativa.

Em tom crítico, a geógrafa trouxe depoimentos de mulheres da região que denunciavam as ameaças que a disseminação dos monocultivos de soja e de cacau traziam para a região. Muitas pessoas estavam aderindo a essas culturas como uma forma de obter renda, prejudicando não apenas a biodiversidade, mas também a disponibilidade de alimentos para consumo local. Ressaltou, por meio de uma fala, a importância de investimento em educação dos produtores de alimentos, no sentido de conhecerem outras possibilidades de cultivos rentáveis. Ademais, frisou o estranhamento em encontrar, no CEASA, produtos vindos de regiões tão distantes como São Paulo.

O empreendedorismo como aliado da segurança alimentar e nutricional

Marcelo Salazar, que atua com projetos empreendedores de nutrição a partir da floresta, buscou propor soluções de políticas públicas que relacionem o combate à fome e a preservação do meio ambiente. Antes das propostas, porém, o convidado destacou a gravidade das emissões de GEE de municípios amazônicos. Enfatizou que Altamira, no Pará, está em primeiro lugar no Brasil em emissões, superando cidades como São Paulo,

normalmente lembrada pelo seu ar poluído. Apesar do grave cenário, explicou que são as populações tradicionais que conservam a floresta. As soluções, explica o especialista, para os problemas de segurança alimentar e das questões climáticas são oriundas da própria diversidade agroalimentar da floresta, por meio de uma economia de diversidade socioambiental.

A monocultura, segundo engenheiro de produção, afeta a preservação da biodiversidade por priorizar espécies específicas. Dessa forma, é necessário a construção de políticas públicas que promovam modelo produtivo baseado na produção local, diversa, cultivada nas roças, nas florestas ou nos quintais para produção de produtos alimentares minimamente processados. O convidado explica também a necessidade de trabalhar na transição alimentar em escolas, trazendo alimentos da floresta para as merendas, como uma forma estratégica de formação cultural de consumidores. Essa necessidade estratégica foi percebida em suas experiências locais: com o apoio de influenciadoras, como a Bela Gil, difundir a utilização alimentos amazônicos gostosos, com embalagens legais e práticas e, ao mesmo tempo, minimamente processados e sustentáveis para ganhar o imaginário das comunidades.

Marcelo destacou ainda aspectos como o maior incentivo a políticas como o PAA, o PGPM-BIO, que prevê a garantia do pagamento do preço mínimo aos produtores, e o PNAE, bem como o incentivo a cadeias produtivas com produtos mais baratos e de qualidade, e que remunerem bem os produtores para, com isso, alcançar da segurança alimentar. Estas políticas são importantes para superar um paradoxo: o povo precisa de alimentos baratos, mas os produtores de alimentos precisam ser bem remunerados. Cabe ao governo fechar essa equação com políticas públicas.

Pensando em termos de soluções que se somem às políticas públicas, o empreendedor explicou que a pesquisa intercultural, a atuação em redes e a promoção de diálogo com diferentes atores – como associações, cooperativas, empresas, governos, e comunidades tradicionais – são fundamentais. Por fim, Salazar expôs no debate que o empreendedorismo, aliado às políticas públicas, pode ser considerado como uma oportunidade de usar a diversidade para manter a floresta de pé e combater a fome. Sua exposição foi ilustrada com produtos industrializados, minimamente processados, criados na região tendo como insumo alimentos locais.

O olhar acadêmico sobre circuitos curtos e cadeias longas: o caso do açaí

Eliane Superti, professora especialista na cadeia do açaí, buscou trazer mais elementos ao debate ao apresentar dados que demonstram o potencial de produtos tradicionais manejados por comunidades locais da região amazônica. De acordo com Eliane, analisar a cadeia do açaí é importante devido à sua capacidade inclusiva e de conservação do meio ambiente, uma vez que a produção do fruto requer que a floresta ao redor seja biodiversificada e próspera. De acordo com dados de sua pesquisa, a produção

do açaí em 2021 foi de cerca de 227.251 toneladas com o valor de aproximadamente R\$ 771,1 milhões, representando 41% dos ganhos da produção do gênero alimentício advindo do extrativismo vegetal do país. A especialista também destacou que as características dessa cadeia incluem mercados e governança informais, assim como a intensa competição entre grandes empresas e cooperativas locais, aspectos que dificultam o acesso à rendimentos justos pelos extrativistas.

Apenas de considerar as políticas públicas extremamente relevantes para solucionar os problemas alimentares, climáticos e de desenvolvimento da sociobiodiversidade em geral, a ex-reitora da UNIFAP teceu importantes críticas aos modelos em vigor. Destacou a insignificância que algumas políticas públicas tem, na prática, para os pequenos produtores. Por exemplo, o PGPM-BIO, que garante preço mínimo ao extrativista e que contribui para manter a floresta em pé, atinge poucos produtores. A política não cumpre seu papel de forma expressiva ao alcançar uma parcela ínfima de extrativistas em Manaus, Acre e Amapá, entre 500 mil extrativistas estimados na região. Além disso, os preços mínimos estão muito longe de garantir renda para uma vida digna.

A pesquisadora explicou também que políticas nacionais reforçam o mercado internacional como principal meio de valorização do açaí. No entanto, de acordo com os dados disponíveis, extrativistas obtêm maior percentual de renda quando vendem seus produtos em mercados locais, enquanto que o açaí vendido pelos extrativistas para exportação está submetido aos baixíssimos preços pagos pelas empresas que, posteriormente, agregam valor ao produto e fazem sua exportação. Importante frisar que a agregação de valor ocorre, em geral, longe dos locais de extração, principalmente em São Paulo. Em suma, é preciso compreender que nem sempre os produtos certificados e industrializados geram mais renda às populações locais amazônicas.

Um pouco do debate

No âmbito do debate, José Graziano buscou destacar os pontos importantes levantados por cada apresentação: Daniela Silva, enquanto ativista socioambiental, trouxe o aspecto da participação das comunidades locais no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, além da necessidade de infraestrutura e serviços básicos como saúde, educação e internet para manter populações no campo; Marcelo Salazar, enquanto representante do Mazô Maná, valorizou em sua fala a importância do processamento mínimo dos alimentos e da atuação em redes a partir de comunidades locais; e Eliane Superti, por sua vez, demonstrou como políticas públicas aparentemente valorizadas como o PGPM-BIO não conseguem atingir os produtores com expressividade. Nesse contexto, Graziano propôs então a revisão e ativação de políticas públicas que estão obsoletas. Adicionalmente, solicitou comentários dos convidados sobre o papel da mulher nesses processos, tendo em vista que elas normalmente sofrem com cargas adicionais de trabalho e de marginalização.

PRIMEIRA RODADA DE PERGUNTAS

1. **Walter Belik:** Essa informalidade nas cadeias produtivas não causa problema para venda para PNAE e PAA e com a vigilância sanitária para o comércio local?
2. **Marcos Lopes:** De que forma os mercados institucionais podem contribuir para incentivar/influenciar melhores práticas para o mercado privado?
3. **José Oeiras:** Qual papel dos órgãos de fomento no apoio às comunidades (SUDAM, BASA, etc.)?

COMENTÁRIOS

Marcelo Salazar foi o primeiro a reagir às perguntas, ao considerar que o PGPM-BIO precisa de renovação e revisão do preço mínimo para estabelecer novos preços que motivem as comunidades. O especialista explicou também, no âmbito da formulação de políticas públicas, que a burocracia excessiva é obstáculo para inclusão dos produtores, pois muitas vezes o custo de acessar a política é maior que o benefício. Esse custo inclui, por exemplo, as longas viagens que os produtores precisam percorrer para chegarem a cidades e obterem licenças e certificações, quando não possuem internet. Trazendo um exemplo positivo, mencionou a Rede Cantina, que é uma associação composta por diversas associações, criada para tentar reduzir os problemas da informalidade. Ressaltou também que a industrialização é importante nas comunidades, no entanto, com processamento mínimo para gerar empregos e agregar valor aos produtos, além de considerar que é possível adquirir certificação que direcionam a renda para produtores locais através de mini-usinas. Porém, tal ação só seria possível em redes. Por fim, sobre o papel dos órgãos de fomento, explicou que são fundamentais para diversificar o acesso ao crédito por parte dessas organizações, a exemplo da CONEXUS, ONG que facilita o fluir do crédito para as comunidades.

A especialista na cadeia do açaí, Eliane Superti, também concordou com o desafio da informalidade para a implementação de políticas públicas e levantou mais uma vez no debate a necessidade, que partiu dos próprios amazônidas, de construção de infraestrutura e serviços fundamentais, como a internet, para que possibilite àqueles produtores acessarem outros mercados e assim negociarem diretamente com clientes, evitando atravessadores e garantindo mais renda para as famílias. Reagindo à segunda pergunta, Eliane explicou que há excelentes práticas de entes privados, como pequenos empreendimentos que valorizam a produção do campo por meio da premissa do comércio justo. No entanto, nesse mesmo contexto é necessário se atentar para as grandes empresas usam as populações como vitrine de forma indevida para alavancar suas vendas no mercado internacional. Sobre o papel das mulheres questionado por Graziano, a

professora explicou que é preciso haver empoderamento, principalmente por meio de políticas públicas, para que as mulheres possam participar da cadeia em melhores condições, pois muitas vezes seu esforço é invisibilizado.

Daniela Silva, por sua vez, para encerrar os comentários da primeira rodada de perguntas, acrescentou que é preciso um modelo de envolvimento e não de desenvolvimento para conferir maior poder às comunidades e maior valorização do conhecimento local. É preciso ouvir as comunidades e incorporar suas demandas com a finalidade de construção de políticas públicas. Além disso, como os demais convidados, ressaltou a necessidade da criação de infraestruturas como garantia do acesso à internet para facilitar na formação das comunidades, para reduzir a distância entre produtores e clientes e para facilitar a articulação em redes das comunidades da região.

SEGUNDA RODADA DE PERGUNTAS

1. **Mediador Thiago Lima:** Comentem um pouco sobre a ausência do termo agroecologia nas suas falas?
2. **Luana Barbosa:** Como podemos fortalecer as comunidades e suas associações de produção agrícola e extrativista? Acredito que o tema sobre economia verde e economia criativa solidária ainda precisam de fortalecimento.

COMENTÁRIOS

Sobre a questão da agroecologia, Salazar explicou que, como leigo, muitas vezes se referiu à prática agroecológica, porém, com uso de outros termos, como florestas antropogênicas. Segundo o especialista em nutrição da floresta, em reação à segunda pergunta, os próprios indígenas e extrativistas atuam em áreas que estão sendo recuperadas e são professores de uso de diversidade que pensam diferentes sistemas agroflorestais. Estes atores também funcionam como monitores da floresta cada vez que entram na floresta para extrair produtos.

Assim como o co-fundador da Mazô Maná, Eliane Superti reafirmou suas colocações sobre agroecologia e considerou o termo sociobioeconomia como mais adequado para se referir a uma espécie de prática que garante a conservação da floresta ao mesmo tempo a reprodução social, o bem viver, a renda através de serviços acessíveis básicos como educação e saúde. Mais uma vez, em consonância com os demais convidados, Eliane destacou que as comunidades não estão sendo ouvidas e é fundamental a coprodução de políticas públicas com a participação das comunidades.